

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20251514
PROCESSO NUP: 24001.050934/2025-15
UASG: 943001

NÚMERO COMPRASNET: 91514/2025

A **SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)** por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA:

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o **Aberto e Fechado**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA:

2.1. O regime de execução indireta se dará por **empreitada por preço unitário**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.323 de 24 de fevereiro de 2023 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Lei Complementar Estadual nº 334/2024, Decreto Estadual nº 36.407/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é o Registro de Preço para futuras e eventuais prestações dos serviços de seguro total para os veículos automotores pertencentes à frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 Ceará, abrangendo a cobertura de 315 (trezentos e quinze) ambulâncias, em todo o território nacional, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro **Nelson Antônio Grangeiro Gonçalves**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/22, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/22.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3125.9389 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/05/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/06/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/06/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, e para o microempreendedor individual-MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de

equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. A participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.923.976,79 (Um milhão, novecentos e vinte e três mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação readequada.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento), utilizando como referência **o valor unitário do item**.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.10 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, acompanhada dos documentos a ela pertinentes citados no subitem abaixo:

14.27. O licitante deverá anexar no sistema junto à proposta de preços:

14.27.1. Autorização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar no ramo de seguro, objeto desta licitação.

14.27.2. PLANILHA DETALHADA DE PREÇOS com (PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS) com os valores, conforme Anexo C do Anexo I – Termo de Referência do Edital.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **subitem 9.5** deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.26 deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.7.6. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.

15.8. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.9. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.8.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1.1. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado.

18.4.1.2. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

20.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 11 do Decreto nº 35.323/2023, inclusive em relação a formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação.

20.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo III deste edital, pelo valor unitário do item.

20.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante o gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no edital, podendo o prazo de comparecimento ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

20.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação será julgada pelo pregoeiro, conforme §3º do art. 11 do Decreto nº 35.323/2023.

20.7. A Secretaria da Saúde será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

20.8. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme anexo III, será assinada pelo titular da Secretaria da Saúde, órgão gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos licitantes legalmente credenciados e identificados.

20.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

20.10. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão divulgados no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e ficarão disponibilizados, por, no mínimo, a vigência da ata de registro de preços.

20.11. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de licitação específica, desde que devidamente motivada, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

20.12. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará serviços junto aos detentores de preços registrados, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do Ata.

20.13. Os detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos órgãos e entidades participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, quantidades e demais condições definidas no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

20.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade

de outros entes federativos, como órgãos e entidades interessados, mediante consulta prévia ao órgão gestor do registro de preços, conforme disciplina o art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

20.15. Os órgãos e entidades interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o prestador de serviço e o preço a ser praticado.

20.15.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão e entidades interessados, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

20.15.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o subitem anterior, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos e entidades interessados que aderirem.

20.15.3. Os órgãos e entidades interessados deverão efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão gestor do registro de preços, observado o prazo de vigência da ata.

20.15.4. A comunicação ao gestor do registro de preços acerca do cumprimento do prazo previsto no subitem 20.15.3 será providenciada pelo órgão e entidades interessados até o quinto dia útil após a contratação.

20.15.5. O órgão gestor do registro de preços não autorizará a adesão à ata de registro de preços para contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o detentor do registro não tenha apresentado o menor preço.

20.16. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos e entidades interessados da Administração Pública, proceder a indicação do licitante detentor do preço registrado, obedecida à ordem de classificação.

20.17. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, terá o seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos incisos I a IX do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

20.18. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, observado o constante no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

20.19. O Órgão Gestor convocará o detentor do preço registrado para negociar o preço e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado.

20.19.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata poderá convocar os demais licitantes classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

20.20. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

20.21. As alterações registradas, oriundas de revisão dos preços ou da marca ou modelo do item registrado, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na internet.

20.22. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e IV – Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

20.23. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração, através do órgão e entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

21.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

21.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

21.5. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos I e IV – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

21.6. Da Subcontratação

21.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

21.7. Da Garantia contratual

21.7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluírem-se os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente do contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

23.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato

ANEXO V – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria

ANEXO VI – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria

ANEXO VII – Relação De Bases Para Vistoria

Fortaleza/CE, 28 de abril de 2026

Francisco Nilson Maciel Mendonça Filho

ORDENADOR DE DESPESA

**ANALISADO E APROVADO O PROCESSO DA
CONTRATAÇÃO PELA ASSESSORIA JURÍDICA**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

NUP 24001.050934/2025-15

UNIDADE REQUISITANTE: SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192

CEARÁ

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futuros e eventuais serviços de seguro total para os veículos automotores pertencentes à frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 Ceará, abrangendo a cobertura de 315 (trezentos e quinze) ambulâncias, com cobertura em todo o território nacional, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	21056649	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA FORD, MODELO RANGER COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.	SERVIÇO	02	R\$ 4.288,1650	R\$ 8.576,33
02	21056658	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.	SERVIÇO	16	R\$ 5.805,3233	R\$ 92.885,17
03	21056657	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA IVECO, MODELO IVECO DAILY COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.	SERVIÇO	57	R\$ 5.320,4650	R\$ 303.266,51
04	21056656	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 415/416 COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.	SERVIÇO	62	R\$ 6.281,0900	R\$ 389.427,58
05	21056655	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO	SERVIÇO	76	R\$ 6.435,4325	R\$ 489.092,87

		MASTER / AMB 1 223 M6 COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.				
06	21056652	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND FURGÃO 2.3 16V L2H2 COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.	SERVIÇO	50	R\$ 6.320,7000	R\$ 316.035,00
07	21056653	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER FURGÃO 417 CDI COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.	SERVIÇO	26	R\$ 5.934,9000	R\$ 154.307,40
08	21056654	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND FURGÃO L2H2/ L3H2/L3H3 COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO.	SERVIÇO	26	R\$ 6.553,3050	R\$ 170.385,93

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as dos sistemas, prevalecerão as deste anexo.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado do a partir da publicação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

3.2.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.2.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que:

3.2.2.1. O serviço de atendimento móvel de urgência, na forma do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, destina-se à manutenção permanente das atividades operacionais do SAMU 192 Ceará, cuja interrupção compromete a regularidade da prestação do serviço público essencial.

3.2.2.2. A eventual interrupção da cobertura expõe o patrimônio público a riscos, enseja potencial responsabilização civil e compromete a continuidade do atendimento à população, afrontando os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência administrativa e da proteção ao erário.

3.2.3. Garantia da Operacionalidade:

3.2.3.1. As ambulâncias do SAMU são equipamentos essenciais de uso contínuo, cuja indisponibilidade pode representar risco direto à vida e à saúde da população.

3.2.3.2. O seguro assegura a reposição ou reparo rápido dos veículos em caso de danos, minimizando impactos à prestação do serviço.

3.2.4. Proteção do Patrimônio Público:

3.2.4.1. Os veículos do SAMU representam um investimento público elevado, devendo ser resguardados contra prejuízos decorrentes de acidentes, roubos, furtos e danos a terceiros.

3.2.4.2. A contratação contínua do seguro garante a preservação desse patrimônio, evitando custos elevados e não planejados com reparos ou reposição de veículos.

3.2.5. Custo-Benefício e Previsibilidade Orçamentária:

3.2.5.1. A contratação do seguro viabiliza a previsibilidade orçamentária, evitando desembolsos significativos e inesperados em casos de sinistros.

3.2.5.2. Trata-se de uma solução mais econômica do que a manutenção de um fundo emergencial de recursos para reposição de danos.

3.2.6. Conformidade Legal e Operacional:

3.2.6.1. O seguro cumpre exigências legais e normativas relacionadas à gestão de bens públicos.

3.2.6.2. Garante proteção contra responsabilidade civil em acidentes envolvendo terceiros, resguardando o ente público contra demandas judiciais e financeiras.

3.2.6.3. A natureza contínua do serviço de seguro para as ambulâncias do SAMU é indispensável para garantir a continuidade, eficiência e segurança dos serviços de saúde pública. A proteção patrimonial e a previsibilidade financeira proporcionadas por esse serviço justificam sua manutenção ininterrupta, contribuindo para a proteção do investimento público e, principalmente, para a preservação de vidas.

3.2.7. Com base nas considerações acima, fica evidente que a contratação de seguros para as ambulâncias do SAMU 192 Ceará se mostra técnica, economicamente vantajosa e juridicamente viável, sendo indispensável para garantir a segurança operacional, a proteção dos bens públicos e a efetividade da política pública de urgência e emergência no estado.

3.3. O contrato poderá ser alterado pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Estado do Ceará constitui componente estratégico e essencial da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo por finalidade garantir resposta rápida, qualificada e eficaz às situações de urgência e emergência em todo o território estadual, exceto no município de Fortaleza. Para o adequado cumprimento dessa missão institucional, de forma contínua, segura e eficiente, a frota operacional do SAMU 192 CE deve estar devidamente resguardada contra riscos patrimoniais e de responsabilidade civil, inerentes à atividade de atendimento pré-hospitalar móvel, realizada em vias públicas, áreas remotas e zonas urbanas com elevado fluxo de veículos.

4.2. A contratação do seguro total para os veículos do SAMU 192 CE, com cobertura nacional e assistência 24 horas por dia, 7 dias por semana, visa garantir a proteção do patrimônio público, a segurança dos profissionais de saúde e dos usuários transportados, além de assegurar a continuidade da habilitação e do financiamento federal do serviço. Trata-se de uma exigência especialmente relevante diante da natureza do serviço prestado pelo SAMU, que realiza atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e emergência, muitas vezes em condições adversas, com risco elevado de acidentes e desgaste intensivo dos veículos. A atividade contínua e de alta complexidade operacional, envolvendo deslocamentos em alta velocidade, intervenções em vias públicas e transporte de pacientes críticos, demanda a existência de cobertura securitária ativa e específica. A exigência legal de apólice vigente para cada veículo encontra respaldo na Portaria GM/MS nº 1.010/2012 e na Portaria de Consolidação nº 06/2017, sendo condição obrigatória para a manutenção da habilitação do serviço perante o Ministério da Saúde. A ausência dessa cobertura

pode resultar na suspensão dos repasses federais, comprometendo a sustentabilidade financeira de um serviço tripartite e essencial à população.

4.3. Adicionalmente, a escolha pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se, sobretudo, pela inexistência de informações concretas quanto ao quantitativo exato de ambulâncias a serem recebidas e à ausência de cronograma oficial de entrega por parte do Ministério da Saúde. Tal imprevisibilidade impossibilita a definição de um objeto com quantitativo fechado e impede a instauração de procedimento licitatório convencional com contratação imediata.

4.4. Nesse contexto, o SRP apresenta-se como a alternativa mais eficiente, segura e juridicamente adequada, pois permite a formalização de uma ata abrangente, cuja execução se dará sob demanda, conforme a efetiva incorporação de veículos à frota. Essa flexibilidade assegura que o SAMU 192 CE possa contratar os seguros à medida que os novos veículos forem recebidos e estiverem aptos a operar, sem depender da abertura de novos processos ou recorrer continuamente a contratações emergenciais. Dessa forma, o Sistema de Registro de Preços garante a continuidade da cobertura securitária, a compatibilidade com as limitações operacionais e orçamentárias da Administração, e a conformidade com os princípios da economicidade e eficiência, permitindo que a contratação acompanhe, com agilidade, a evolução da frota do SAMU 192 CE.

4.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Plurianual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de serviço de seguro total para os veículos automotores que compõem a frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Estado do Ceará, incluindo Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA). A contratação contemplará cobertura integral contra sinistros (colisão, incêndio, roubo/furto), danos a terceiros e assistência técnica 24 horas por dia, sete dias por semana, em todo o território nacional, pelo período de um ano, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente.

5.2. O serviço contratado deverá prever a emissão de apólices individuais para cada veículo segurado, à medida da formalização das ordens de serviço decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços, possibilitando a inclusão progressiva de veículos conforme entrega e incorporação à frota do SAMU 192 CE. A solução inclui também cobertura de itens específicos (vidros, retrovisores, faróis e lanternas), disponibilização de carro reserva, atendimento prioritário em casos de sinistro envolvendo veículos de urgência médica, e sistema eletrônico de gestão e consulta das apólices vigentes, com emissão de relatórios atualizados.

5.3. A operadora do seguro deverá possuir ampla capilaridade de atendimento nacional, canais de suporte 24h (telefônico e digital), e demonstrar capacidade técnica para atender aos requisitos específicos da atividade de saúde pública em regime de urgência, conforme as normativas da SUSEP e do Ministério da Saúde. A manutenção do serviço inclui a substituição e exclusão de veículos segurados ao longo da vigência da ARP, conforme atualizações da frota. A integração entre o prestador e a gestão do SAMU 192 CE será assegurada por relatórios mensais, protocolos de sinistro otimizados e rotinas de resposta adequadas à criticidade do serviço, garantindo a continuidade da política pública de atenção pré-hospitalar em saúde no estado.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I - Priorizar o uso de meios digitais para emissão de documentos, comunicações, apólices, comprovantes e acompanhamento de sinistros, reduzindo o consumo de papel e materiais impressos.

II - Assegurar que os processos internos da contratada, bem como os serviços prestados à Administração, observem práticas de eficiência energética, sustentabilidade operacional e redução de resíduos.

III - Assegurar que oficinas, prestadores e parceiros que integrem a rede de atendimento adotem práticas adequadas de gestão de resíduos, em especial óleos, peças automotivas, baterias, pneus e materiais perigosos, conforme legislação ambiental vigente.

IV - Priorizar o uso de veículos de assistência e atendimento que atendam às normas de eficiência energética e redução de emissões, conforme regulamentação ambiental aplicável.

V - Garantir a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados em virtude do atendimento de sinistros, reparos ou substituições de peças, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

VI - Promover ações internas de responsabilidade socioambiental, capacitando colaboradores e prestadores sobre práticas sustentáveis e incentivando a adoção de condutas de redução de impactos ambientais.

VII - Manter registro documental e disponibilizar à Administração, quando solicitado, informações sobre práticas ambientais, processos de descarte, consumo de recursos e indicadores de sustentabilidade relacionados ao objeto contratado.

VIII - Observar, sempre que aplicável, as diretrizes e boas práticas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como a legislação ambiental federal, estadual e municipal pertinente.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Considerando que a vigência contratual é de 01 (um) ano, a execução do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado a partir do recebimento de cada Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente emitido pela Administração, entendendo este aplicável a todas as demandas apresentadas durante a vigência do contrato.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá o seguinte:

7.2.1.1. A Contratante entrará em contato com a Contratada através de e-mail para informar que deseja realizar a contratação de seguro e com isto emitirá a respectiva nota de empenho.

7.2.1.2. Posteriormente, a Contratada emitirá a respectiva apólice no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

7.3. Da Cobertura e Assistência

7.3.1. A cobertura do seguro é na modalidade seguro total para todo o território nacional, independente do condutor do veículo no momento que ocorrer o sinistro.

7.3.2. A contratada deverá disponibilizar assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, abrangendo todo o território nacional, destinada aos veículos segurados, bem como aos seus condutores e passageiros. A assistência deverá ser prestada sem qualquer limite de quilometragem, assegurando atendimento integral sempre que solicitado. A assistência deverá garantir resposta imediata em situações de pane mecânica, pane elétrica, pane seca, necessidade de reboque, problemas operacionais, sinistros ou qualquer ocorrência que impeça o deslocamento normal do veículo segurado, assegurando a continuidade das atividades essenciais desempenhadas pelo SAMU 192 Ceará.

7.3.3. O valor da indenização da cobertura básica de casco, será de 100% (cem por cento), devendo ser usada como referência, a tabela FIPE vigente ou tabela que venha substituí-la, no caso de extinção.

7.3.4. A proposta da seguradora deve contemplar, para a frota de veículos, cobertura de acordo com o que segue:

- a) Acidente Pessoal por Passageiro (APP) – Morte, não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- b) Acidente Pessoal por Passageiro (APP) – Invalidez permanente, não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- c) Garantia de Danos Materiais (RCFV DM): a obrigação de reembolso assumida pela seguradora à reclamação de terceiros, decorrentes de danos à propriedade material, não inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- d) Garantia de Danos Corporais (RCFV DC): a obrigação de reembolso assumida pela seguradora à reclamação de terceiros decorrentes de danos corporais não inferiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- e) Segurar para-brisas e retrovisores.

7.3.5. Ocorrendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

7.3.6. Franquia reduzida em 50% (cinquenta por cento) da obrigatória.

7.3.7. Guincho 24 horas, 07 dias por semana com acionamento ilimitado.

7.3.8. Fatores e Condições de Diminuição de Riscos

7.3.8.1. Deverão ser levados em conta, na efetivação do seguro, que os veículos objeto desta licitação, estão localizados nas dependências das 20 Bases Polos e as demais 101 Bases Satélites, totalizando 121 Bases em 183 municípios do Estado do Ceará, onde pernoitam, e permanecem durante os fins de semana e feriados em garagem privativa coberta e guardada por vigilância.

7.3.8.2. O pernoite de veículos na residência do servidor ocorre apenas em casos excepcionais, com autorização da autoridade competente.

7.3.8.3. Os veículos são conduzidos por profissionais legalmente habilitados e autorizados para esta atribuição.

7.3.9. Especificação da garantia do serviço

7.3.9.1. O prazo de garantia dos serviços objeto da contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.3.9.1.1. A contratada deverá assegurar a cobertura integral de todos os riscos previstos na apólice, conforme especificações técnicas deste Termo.

7.3.9.1.2. A contratada deverá manter a vigência das apólices durante todo o período contratual, vedada qualquer suspensão, limitação ou restrição indevida das coberturas.

7.3.9.1.3. A contratada deverá disponibilizar assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em todo o território nacional, garantindo atendimento ininterrupto.

7.3.9.1.4. A contratada deverá manter canais de atendimento eficazes, permitindo o registro, acompanhamento e resolução de sinistros de forma contínua e rastreável.

7.3.9.1.5. A contratada será responsável pela solução imediata de vícios, falhas ou negativas indevidas de cobertura, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor.

7.3.9.1.6. Todas as informações relativas às coberturas, franquias, limites, exclusões e procedimentos de acionamento deverão ser fornecidas de forma clara, precisa e completa.

7.3.9.1.7. A contratada responderá pelos danos decorrentes de má prestação dos serviços, incluindo prejuízos materiais e morais, na forma do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

7.3.9.1.8. A seguradora deverá assegurar o pagamento de indenizações dentro dos prazos estabelecidos pela legislação e normas da SUSEP, vedadas exigências abusivas de documentação.

7.3.9.1.9. A contratada deverá garantir o reembolso de despesas comprovadas relacionadas a sinistros cobertos, observados os limites previstos na apólice.

7.3.9.1.10. Em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou qualquer evento que comprometa a continuidade operacional, a contratada deverá assegurar a manutenção integral da cobertura, mediante substituição imediata da apólice ou medidas equivalentes.

7.3.9.1.11. Na hipótese de transferência de carteira, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração e garantir a continuidade das coberturas contratadas, sem prejuízo das condições pactuadas.

7.3.9.1.12. A contratada deverá manter a conformidade integral com as normas da SUSEP, do CNSP, com o Código de Defesa do Consumidor e com todas as exigências constantes deste Edital e do Contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão constituída para este fim.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do objeto

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite permitido para dispensa de licitação;

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.12 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012, e para as empresas pública e sociedades de economia mista, nas instituições bancárias indicada nos respectivos Regulamentos Internos de Licitações e Contratos.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de Pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

11.13. Comprovar, na forma do subitem 12.5.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Permanecer como única e total responsável perante a CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e prestação no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

11.23. Atender a CONTRATANTE em toda e qualquer situação que se fizer necessário, através do seu pessoal tecnicamente qualificado.

11.24. Assistência durante 24 (vinte quatro) horas que tem por finalidade o atendimento do veículo segurado e seus ocupantes, em situações de emergência, e será válida em todo o Território Nacional, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.

11.25. Fazer constar na apólice de seguro a ser assinada entre as partes, às normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguro Privados e o presente contrato como parte integrante.

11.26. Assegurar a cobertura do seguro, ainda que o sinistro ocorra dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, se a CONTRATANTE quitar o débito até a data do vencimento.

11.27. Prestar assistência no caso de ocorrência de sinistro, no prazo máximo de até 02h (duas horas), contadas a partir da comunicação do fato pelo condutor do veículo ou pelo Gestor do Contrato, inclusive no atendimento de guincho (reboque) para as Capitais e regiões metropolitanas e de 4h (quatro horas) para as demais regiões do estado.

11.28. Fornecer todo suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

11.29. Realizar vistoria nos veículos a serem segurados no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento hábil, sem ônus adicionais para a contratante, nas bases do SAMU 192 CE. A vistoria será agendada com o gestor do contrato. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não será motivo para eximir-se de qualquer obrigação pertinente a este Termo de Referência.

11.30. Promover indenizações decorrentes de sinistros até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação solicitada pela seguradora.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

Qualificação técnico-operacional

12.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.4, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA
01	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA FORD, MODELO RANGER	SERVIÇO	01
02	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER	SERVIÇO	08
03	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA IVECO, MODELO IVECO DAILY	SERVIÇO	28
04	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO	SERVIÇO	31

	TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 415/416		
05	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER / AMB 1 223 M6	SERVIÇO	37
06	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND FURGÃO 2.3 16V L2H2	SERVIÇO	25
07	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER FURGÃO 417 CDI	SERVIÇO	13
08	SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND FURGÃO L2H2/ L3H2/L3H3	SERVIÇO	13

12.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

12.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, nos termos do Anexo V – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

12.8. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada previamente pelo e-mail: ricardo.carlos@samu.ce.gov.br ou via telefone (85) 3125-9007, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

12.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Anexo VI – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria.

12.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

12.11. A realização de vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 16h.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.12. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.12.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.12.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.12.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.12.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.12.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.12.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.13. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.15. Os documentos enumerados no subitem 12.12, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.12.3, 12.12.4 e 12.12.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.16. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.17. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.18. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.19. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.20. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.21. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.21.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante

12.22. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso da licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

12.23. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta.

12.23.1 Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

12.24. A comprovação da boa situação financeira do licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado, demonstrando que a empresa apresenta “Índice de Liquidez Geral (ILG)” maior ou igual 1 (um) calculado pela fórmula abaixo:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

12.25. - Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da proposta final readequada apresentada pelo licitante.

12.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

12.28. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

12.29. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

12.30. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20251514

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.
- O serviço objeto da contratação terá garantia de _____ (_____) _____.

3. Formação do Preço

ITEM	CÓD. SRP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE AMBULÂNCIA	VALOR GLOBAL
01		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA FORD, MODELO RANGER	SERVIÇO	02	R\$
02		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER	SERVIÇO	16	R\$
03		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA IVECO, MODELO IVECO DAILY	SERVIÇO	57	R\$
04		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 415/416	SERVIÇO	62	R\$
05		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER / AMB 1 223 M6	SERVIÇO	76	R\$
06		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND FURGÃO 2.3 16V L2H2	SERVIÇO	50	R\$
07		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER FURGÃO 417 CDI	SERVIÇO	26	R\$
08		SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND FURGÃO L2H2/ L3H2/L3H3	SERVIÇO	26	R\$

3.1. Formação do Preço Unitário Veículo:

ITEM - 01 APÓLICE DE SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA FORD, MODELO RANGER						
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO	VALOR UNIT.
OSQ-2928	8AFAR21J2DJ087812	998011924	I/ RANGER XL CS4 22	FORD 4X4	2012/2013	R\$
OZA1672	8AFAR21JXDJ095138	00996317759	I/FORD RANGER XL CS4 22	FORD 4X4	2012/2013	R\$
VALOR TOTAL ITEM				R\$		

ITEM - 02 APÓLICE DE SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER						
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO	VALOR UNIT.
POZ-2770	8AC906633JE136759	1136362620	I/M . BENZ 415 MARIMAR A	MERCEDES – BENZ	2017/2018	R\$

PNR-7104	8AC906633JE148084	1153756584	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNF-6705	8AC906633JE149806	1156173512	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNH-1875	8AC906633JE149269	1156089481	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNR-1164	8AC906633JE148110	1154771870	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNS-5715	8AC906633JE142970	1156396171	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNS-5785	8AC906633JE149867	1156395957	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNS-5955	8AC906633JE149875	1156395426	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNX-5284	8AC906633JE148021	1154528976	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNS-5595	8AC906633JE148022	1156396481	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PND-9565	8AC906633JE149868	1156226918	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNO-5195	8AC906633JE149369	1155999999	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNS-4175	8AC906633JE142718	1156978588	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES - BENZ	2017/2018	R\$
PNR-7323	8AC906633KE163766	1194139989	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES - BENZ	2018/2019	R\$
PNR-7823	8AC906633KE164197	1194138001	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES - BENZ	2018/2019	R\$
PNR-7653	8AC906633KE164262	1194138265	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES - BENZ	2018/2019	R\$
VALOR TOTAL ITEM				R\$		

ITEM - 03 SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA IVECO, MODELO IVECO DAILY						
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO	VALOR UNIT.
POT-9176	93ZK35B01K8483876	1198325680	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-2376	93ZK35B01K8483449	1198325027	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-6186	93ZK35B01K8483919	1198324365	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-2246	93ZK35B01K8483809	1198325035	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-3096	93ZK35B01K8483414	1198324918	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-5126	93ZK35B01K8483335	1198324543	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-3686	93ZK35B01K8483291	1198324764	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POT-7936	93ZK35B01K8483846	1198325884	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-5636	93ZK35B01K8483918	1198324454	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-0276	93ZK35B01K8483858	1198325582	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-4136	93ZK35B01K8483454	1198324659	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-3276	93ZK35B01K8483321	1198324888	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-7166	93ZK35B01K8483924	1198324268	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$

POU-6736	93ZK35B01K8483346	1198324306	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POT-9016	93ZK35B01K8483880	1198325710	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-3386	93ZK35B01K8483477	1198324845	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-5246	93ZK35B01K8483907	1198324535	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-0596	93ZK35B01K8483923	1198325469	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-5396	93ZK35B01K8483312	1198324489	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-1796	93ZK35B01K8483509	1198325078	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-3826	93ZK35B01K8483884	1198324683	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-1036	93ZK35B01K8483496	1198325159	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-5736	93ZK35B01K8483417	1198324438	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-3156	93ZK35B01K8483407	1198324896	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-6626	93ZK35B01K8483363	1198324314	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-6946	93ZK35B01K8483468	1198324284	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-5536	93ZK35B01K8483811	1198324462	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-2446	93ZK35B01K8483327	1198324993	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-5916	93ZK35B01K8483569	1198324420	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-2936	93ZK35B01K8483536	1198324942	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-1636	93ZK35B01K8483588	1198325086	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-4796	93ZK35B01K8483434	1198324586	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-6346	93ZK35B01K8483294	1198324349	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POT-9956	93ZK35B01K8483874	1198325612	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-1386	93ZK35B01K8483605	1198325124	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-4286	93ZK35B01K8483451	1198324632	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POT-8056	93ZK35B01K8483844	1198325825	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POT-7756	93ZK35B01K8483800	1198325922	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POU-0486	93ZK35B01K8483903	1198325531	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POT-8576	93ZK35B01K8483891	1198325728	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019	R\$
POL1J83	93ZK35B01K8489184	1227580646	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL0J93	93ZK35B01K8489138	1227579869	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POK9I43	93ZK35B01K8488971	1227224432	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL2E33	93ZK35B01K8489196	1227580980	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL2C93	93ZK35B01K8489192	1227580859	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL1L83	93ZK35B01K8489164	1227580522	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL2B43	93ZK35B01K8489190	1227580735	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POM3F73	93ZK35B01K8489134	1227581073	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL0I53	93ZK35B01K8489123	1227579761	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL1H53	93ZK35B01K8489162	1227580441	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POZ4J23	93ZK35B01K8489147	1227646531	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL1B83	93ZK35B01K8489140	1227579958	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL1G23	93ZK35B01K8489154	1227580239	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$

POL0G53	93ZK35B01K8489118	1227579630	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL0C33	93ZK35B01K8489097	1227579281	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL0D73	93ZK35B01K8489100	1227579400	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
POL0E93	93ZK35B01K8489112	1227579508	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019	R\$
VALOR TOTAL ITEM				R\$		

ITEM - 04 SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER 415/416						
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO	VALOR UNIT.
PNR2H13	8AC906633KE175467	1222294750	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES - BENZ	2019/2019	R\$
SGO1C66	8AC907643NE212693	1319587159	I/M . BENZ SPRINTER	MERCEDES - BENZ	2021	R\$
SGO1C63	8AC907643NE2107827	1319588112	I/M . BENZ SPRINTER	MERCEDES - BENZ	2021	R\$
SGO1C65	8AC907643NE211701	1319587051	I/M . BENZ SPRINTER	MERCEDES - BENZ	2021	R\$
SAT3C57	8AC907643NE222449	1334084219	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SAN5G87	8AC907643NE223700	1334753340	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SHK8D87	8AC907643NE220239		I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBO6I37	8AC907643NE220467	1339573714	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SHE5J34	8AC907643NE223591	1339533879	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SHE5J20	8AC907643NE223303	1339533305	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBO7B37	8AC907643NE224074	1339574869	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
FHS9B45	8AC907643NE222277	01334059664	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SHE5J52	8AC907643NE223305	1339534271	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBO6B57	8AC907643NE220433	1339572467	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBV9G27	8AC907643NE221793	1339829140	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBV9I77	8AC907643NE222182	1339805607	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
RIE7D37	8AC907643NE222177	1339834542	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBV9B77	8AC907643NE222098	1339802080	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
RIC7F57	8AC907643NE221898	1339833279	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
RIE1C27	8AC907643NE222099	1339833929	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBT5A18	8AC907643NE222097	1349052156	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBT5D18	8AC907643NE222106	1349052814	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBT6A48	8AC907643NE222280	1349053560	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBT4E98	8AC907643NE222020	1346145048	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBT0E28	8AC907643NE221897	1349029871	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBP0D89	8AC907643NE223482	1363309550	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBO9I79	8AC907643NE222887	1354828078	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBP2C09	8AC907643PE229853	1361359916	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBO3A59	8AC907643PE229031	1361356020	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES - BENZ	2022	R\$
SBJ3B09	8AC907643PE228483	1361325396	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES - BENZ	2022	R\$

SBU5H29	8AC907643PE229740	1361405497	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBK8I09	8AC907643PE230001	1361335030	I/M . BENZ 263SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBU4I39	8AC907643PE229856	1361404709	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBK4C99	8AC907643PE228600	1361332805	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBL2A79	8AC907643PE229112	1361337777	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBR5B29	8AC907643PE230040	1361378406	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBI6I29	8AC907643PE229946	1361320599	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBQ9I39	8AC907643PE229931	1361371150	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBP5F09	8AC907643PE229034	1361361449	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBQ1H29	8AC907643PE229036	1361366149	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBQ8C09	8AC907643PE229945	1361367811	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBJ9G39	8AC907643PE230005	1361329561	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBJ5I39	8AC907643PE228946	1361327470	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
RIH7J69	8AC907643PE229742	1361421352	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBR3F09	8AC907643PE230045	1361376179	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBM0B19	8AC907643PE229852	1361341154	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV8B19	8AC907643PE229037	1361417860	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBN0J19	8AC907643PE229662	1361346474	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
RIF6J69	8AC907643PE229540	1361420160	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBR1J39	8AC907643PE229941	1361373846	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV6D19	8AC907643PE230002	1361415492	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV6J09	8AC907643PE229664	1361416901	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBM7G49	8AC907643PE229456	1361343394	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBQ0C59	8AC907643PE229848	1361362925	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV5D69	8AC907643PE229933	1361414674	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV9D09	8AC907643PE230044	1361418734	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBU7F29	8AC907643PE228762	1361406787	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV1F89	8AC907643PE229028	1361410369	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV9J79	8AC907643PE229854	1361419447	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
SBV3C59	8AC907643PE228601	1361411373	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022	R\$
THW1J95	8AC907643RE239458	1449435928	I/M. BENZ SPRINTER 417 CDI	MERCEDES – BENZ	2025	R\$
THX7I68	8AC907643RE239370	1450524491	I/M. BENZ SPRINTER 417 CDI	MERCEDES – BENZ	2025	R\$
VALOR TOTAL ITEM				R\$		

ITEM - 05 SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER / AMB 1 223 M6						
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO	VALOR UNIT.
TIG0H91	93YF62002SJ930337	1430984179	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$

TIG2C61	93YF62006SJ930440	1430986732	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIG3G81	93YF62000SJ084533	1430988760	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIG4B71	93YF62000SJ084595	1430989847	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW9F71	93YF62000SJ084600	1431947862	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIG5E91	93YF62000SJ084614	1430991450	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIG6D31	93YF62000SJ084628	1430992589	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THX1F71	93YF62000SJ084631	1431949180	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIG7G51	93YF62000SJ084645	1430994565	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIG9E21	93YF62000SJ926416	1430997017	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW8D51	93YF62000SJ930109	1431946238	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH0J71	93YF62000SJ930336	1430998196	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH3G61	93YF62000SJ930353	1431000776	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH4D31	93YF62000SJ930434	1431001586	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH5D61	93YF62000SJ930482	1431003333	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH6H91	93YF62007SJ907717	1431004763	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TII3F71	93YF62009SJ123779	1431007177	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TII4H01	93YF62008SJ123787	1431008840	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TII5C41	93YF62006SJ084536	1431009625	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TII5F71	93YF62006SJ084519	1431011131	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TII6B71	93YF62002SJ084503	1431012057	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TII6H41	93YF62000SJ084466	1431013185	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TII8I61	93YF6200XSJ123810	1431014270	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIJ1F61	93YF6200XSJ084510	1431015242	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIJ2B01	93YF6200XSJ084488	1431016001	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIL9C88	93YF62008SJ084733	1450529884	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV1J65	93YF62006SJ925951	1446958261	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THZ9B35	93YF62001SJ925937	1447037925	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THR9F18	93YF62007SJ930592	1450544905	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIL5B35	93YF62000SJ084676	1447159443	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THZ0A58	93YF62006SJ931698	1450534772	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW4C57	93YF62006SJ084701	1451330984	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THZ8D05	93YF62000SJ123699	1447036830	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV7J48	93YF62009SJ084482	1450514941	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THP0F75	93YF62000SJ084581	1446883121	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIC1I78	93YF62001SJ084637	1450517789	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THN4I88	93YF62005SJ084706	1450532311	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH7J95	93YF6200XSJ084703	1447390560	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIM6F38	93YF62006SJ084682	1450527474	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW5A07	93YF62001SJ084721	1451333487	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$

TIG5C68	93YF62006SJ084732	1450519323	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW3C48	93YF62002SJ084713	1450515166	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THP7C05	93YF62006SJ084715	1449425213	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIM6I35	93YF62000SJ123685	1447169120	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV4D65	93YF62000SJ123721	1449434409	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THO4B75	93YF62001SJ123730	1446881650	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THX0F37	93YF62001SJ123727	1451340912	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THX1A87	93YF62000SJ123735	1451342990	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW8C77	93YF62001SJ123663	1451335978	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIM6A95	93YF62002SJ123655	1447167993	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIM7D58	93YF62006SJ123643	1450521310	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV3I85	93YF62005SJ925956	1446960746	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIM4F65	93YF62003SJ925955	1447166830	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH8A68	93YF62006SJ925948	1450512760	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THZ7B45	93YF62005SJ123679	1447035930	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIL1D25	93YF62008SJ925983	1447157866	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH6J35	93YF62009SJ925989	1447388442	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THT1E78	93YF62009SJ925930	1450512264	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH8E75	93YF62004SJ123639	1447391508	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THS4A98	93YF62009SJ123684	1450540705	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THO6A15	93YF62005SJ925987	1446882613	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH9D25	93YF62000SJ084659	1447393136	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THR0G65	93YF62007SJ925991	1449427950	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
SAT5G68	93YF62002SJ123722	1450546967	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
TIH9F18	93YF62002SJ123705	1450542880	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW1H95	93YF62009SJ144860	1448489617	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV9D75	93YF6200XSJ144866	1448487320	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW4C35	93YF62000SJ123752	1448491174	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW3E95	93YF62000SJ144861	1448490933	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV8F25	93YF62008SJ144865	1448486030	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV1J85	93YF62005SJ144869	1448482558	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV5I25	93YF62004SJ144894	1448484526	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV4C05	93YF62003SJ144837	1448483570	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW0F25	93YF62002SJ144831	1448487533	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THV6J05	93YF6200XSJ144835	1448485026	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
THW1D95	93YF62004SJ144863	1448488840	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025	R\$
VALOR TOTAL ITEM				R\$		

ITEM - 06 SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA RENAULT, MODELO MASTER GRAND FURGÃO 2.3 16V L2H2						
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO	VALOR UNIT.

[illegible]

[illegible]

ITEM - 07
SEGURO DE VEÍCULOS - SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SAMU 192, MARCA MERCEDES-BENZ, MODELO SPRINTER FURGÃO 417 CDI

[illegible]

			L2H2/ L3H2/L3H3			
-	-	-	MASTER GRAND FURGÃO L2H2/ L3H2/L3H3	RENAULT	2025/2026	R\$
-	-	-	MASTER GRAND FURGÃO L2H2/ L3H2/L3H3	RENAULT	2025/2026	R\$
VALOR TOTAL ITEM				R\$		

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/20__

Pregão Eletrônico nº 20251514

NUP: **24001.050934/2025-15**

Aos ____ dias do mês de _____ de 20__, na sede da _____, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº 20251514 do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Estado em ____/____/20__, às fls _____, do NUP: 24001.050934/2025-15, que vai assinada pelo titular do(a) _____, gestor(a) do Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futuras e eventuais serviços de seguro total para os veículos automotores pertencentes à frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 Ceará, abrangendo a cobertura de 315 (trezentos e quinze) ambulâncias, em todo o território nacional, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 20251514 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos detentores de preços registrados classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do NUP: 24001.050934/2025-15.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº 20251514.

II - Nos termos do Decreto Estadual nº 35.323, de 24/02/2023, publicado DOE de 28/02/2023 e suas alterações.

III - Na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E DOS PARTICIPANTES

3.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora desta Ata, o controle e a administração do sistema de registro de preços, em especial o contido no art. 17 do Decreto nº 35.323/2023.

3.2. O órgão ou entidade gerenciadora desta Ata será Secretaria da Saúde.

3.3. Os órgãos e entidades participantes desta ata de registro de preços poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativos ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização por meio de ferramenta informatizada, disponibilizada pela SEPLAG, desde que limitadas ao objeto licitado.

3.4. Aos órgãos e entidades participantes, competem observar o contido no art. 18 do mesmo decreto de que trata o subitem 3.1 acima.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata, os órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual participantes desta ou na condição de interessados, poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativo ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora, dispensada a elaboração do ETP.

4.1.1. Caso o remanejamento seja para entrega de bem em município diferente do estabelecido no edital, caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela fixadas, optar pela aceitação ou não do remanejamento dos itens.

4.1.2. Os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e de outros entes federativos, não participantes desta ata de registro de preços, poderão realizar contratações decorrentes desta, na condição de interessados sem remanejamento, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.2.1. A faculdade conferida de que trata este subitem estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo estadual.

4.1.3. A adesão a ata observará os seguintes requisitos:

I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

II - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

III - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.3.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão do detentor do preço registrado.

4.1.3.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.3.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do total dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.1.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o subitem anterior não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1.4. O órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão ou entidade gerenciadora, observado o prazo de vigência da ata.

5. DA VALIDADE DA ATA, DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O prazo de vigência do contrato decorrente desta ata de registro de preços encontra-se definido na Minuta do Termo de Contrato, admitindo-se a prorrogação na forma da Lei, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.3.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de vigência desta ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

5.3.2. Na formalização do contrato ou do instrumento equivalente deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no § 4º do art. 15 do Decreto nº 35.323/2023.

5.5. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada por certificação digital.

5.5.3. Serão observadas ainda as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, que oferecer na proposta o quantitativo máximo estabelecido no Termo de Referência.

II – Será incluído na ata, na forma do anexo único, o registro dos licitantes que:

a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, que comporão o cadastro de reserva; e

b) Mantiverem sua proposta original.

III – Será obedecida nas contratações a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

a) O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A convocação dos licitantes do cadastro de reserva ocorrerá quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, ou na hipótese do cancelamento do preço registrado na forma do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

5.6.1. A habilitação dos licitantes do cadastro reserva somente será realizada quando caracterizada a necessidade da contratação.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Diário Oficial do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Na hipótese da inexistência do cadastro de reserva, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I – Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor do preço para a contratação, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a demanda pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA NEGOCIAÇÃO, DA SUBSTITUIÇÃO DA MARCA OU MODELO E DA ALTERAÇÃO DE DADOS CONSTITUTIVOS DO DETENTOR DE PREÇOS.

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da ata, exceto em decorrência das disposições contidas no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

6.1.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas dos detentores de preços, os quais estão relacionados no anexo único desta ata e servirão de base para futuras contratações, observadas as condições de mercado.

6.1.2. Os preços registrados poderão ainda ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o detentor do preço registrado será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas. Nesta hipótese, o gerenciador convocará os detentores de preços do cadastro de reserva ou, se não houver, os remanescentes que atenderem os termos do disposto nos §§ 3º, 5º e 6º do art. 12 do Decreto nº 35.323/2023, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento dos itens registrados, ou se for o caso, da Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.4. Caso haja alteração do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o fato aos órgãos ou entidades participantes.

6.4.1. A alteração do preço registrado não altera automaticamente o preço do contrato decorrente da ata de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão ou entidade contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre o contrato.

6.5. O detentor do registro de preços poderá solicitar ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração da razão social ou outro dado constitutivo, mediante apresentação de termo aditivo ao documento de constituição da empresa.

6.5.1. No caso de deferimento às solicitações, o órgão ou entidade gerenciadora fará a alteração na ata e comunicará aos órgãos ou entidades participantes para alteração do contrato.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços será cancelado nas hipóteses previstas no art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

7.2. O cancelamento de preço registrado, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, e sua comunicação será feita por escrito, juntando-se a cópia nos autos que deram origem ao registro de preços.

7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor do preço registrado, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado (DOE), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

7.4. Antes de cancelar o item ou revogar a ata, o órgão ou entidade gerenciadora deverá tomar providências no sentido de que não haja descontinuidade na prestação dos serviços.

7.5. Não sendo conveniente realizar novo processo de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá apresentar aos órgãos ou entidades participantes as justificativas que motivaram a não realização do mesmo e orientar sobre as ações para o novo processo de contratação.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora, aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou nas obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme disposto no art. 17, IV do Decreto nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto nº 36.863/2025.

8.2. As sanções previstas no subitem anterior, serão aplicadas ao adjudicatário que injustificadamente se recusar assinar a ata de registro de preços, caracterizando-se o descumprimento total das obrigações assumidas. Aplica-se as mesmas sanções, aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços e os remanescentes com preços registrados.

8.3. O detentor de preço registrado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), ou se for o caso, por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais da contratação, tais como o prazo para entrega e recebimento do objeto, obrigações do contratante e contratado, condições de pagamento, penalidades e demais condições do contrato, encontram-se definidas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, conforme §6º do art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

10. DO FORO

Fica eleito o foro do município da contratante, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão ou Entidade Gerenciadora da Ata.	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentores Adjudicatários do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) (preencher com o número de vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos órgãos e entidades participantes, se houver.

Fortaleza/CE, ____ de _____ de 20____

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ – MAPA DE PREÇOS DOS BENS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o órgão ou entidade gerenciadora da ata e os prestadores de serviço, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 20251514, seguido da relação dos órgãos e entidades participantes.

Constam ainda registrados os preços dos fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário e os que mantiveram sua proposta original:

Relação dos fornecedores adjudicatários.

Item	Cód Item	Especificação do Item (se for o caso, incluir marca e/ou modelo e prazo de garantia)	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação dos Órgãos e Entidades Participantes da Ata.

Seq	Órgão/Entidade	ENDEREÇO
1		
2		

Relação de fornecedores, segundo a ordem de classificação, que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário (Cadastro Reserva).

Item	Cód Item	Especificação do Item (se for o caso, incluir marca e/ou modelo e prazo de garantia)	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação de fornecedores, segundo a ordem de classificação, que mantiveram sua proposta original (Remanescentes):

Item	Cód Item	Especificação do Item (se for o caso, incluir marca e/ou modelo e prazo de garantia)	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

ANEXO IV– MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

NUP nº 24001.050934/2025-15

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
(O)A _____ E (O) A _____
ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1.O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20251514 e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20251514, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de serviço de seguro total para os veículos automotores pertencentes à frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 Ceará, abrangendo a cobertura de 315 (trezentos e quinze) ambulâncias, em todo o território nacional, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado do a partir da publicação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que:

4.4.1. Garantia da Operacionalidade:

4.4.1.1. As ambulâncias do SAMU são equipamentos essenciais de uso contínuo, cuja indisponibilidade pode representar risco direto à vida e à saúde da população.

4.4.1.2. O seguro assegura a reposição ou reparo rápido dos veículos em caso de danos, minimizando impactos à prestação do serviço.

4.4.2. Proteção do Patrimônio Público:

4.4.2.1. Os veículos do SAMU representam um investimento público elevado, devendo ser resguardados contra prejuízos decorrentes de acidentes, roubos, furtos e danos a terceiros.

4.4.2.2. A contratação contínua do seguro garante a preservação desse patrimônio, evitando custos elevados e não planejados com reparos ou reposição de veículos.

4.4.3. Custo-Benefício e Previsibilidade Orçamentária:

4.4.3.1. A contratação do seguro viabiliza a previsibilidade orçamentária, evitando desembolsos significativos e inesperados em casos de sinistros.

4.4.3.2. Trata-se de uma solução mais econômica do que a manutenção de um fundo emergencial de recursos para reposição de danos.

4.4.4. Conformidade Legal e Operacional:

4.4.4.1. O seguro cumpre exigências legais e normativas relacionadas à gestão de bens públicos.

4.4.4.2. Garante proteção contra responsabilidade civil em acidentes envolvendo terceiros, resguardando o ente público contra demandas judiciais e financeiras.

4.4.4.3. A natureza contínua do serviço de seguro para as ambulâncias do SAMU é indispensável para garantir a continuidade, eficiência e segurança dos serviços de saúde pública. A proteção patrimonial e a previsibilidade financeira proporcionadas por esse serviço justificam sua manutenção ininterrupta, contribuindo para a proteção do investimento público e, principalmente, para a preservação de vidas.

4.5. Com base nas considerações acima, fica evidente que a contratação de seguros para as ambulâncias do SAMU 192 Ceará se mostra técnica, economicamente vantajosa e juridicamente viável, sendo indispensável para garantir a segurança operacional, a proteção dos bens públicos e a efetividade da política pública de urgência e emergência no estado.

4.6. O contrato poderá ser alterado pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço unitário.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, se encontram definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 08/09/2025.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se, respectivamente, definidas no Termo de Referência, parte integrante deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento dos bens especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho

da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;

b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;

c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos dias 7, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 do item acima deste contrato, bem como nos itens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso justificado e não aceito pelo Contratante ou injustificado superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite do percentual fixado em 20%.

13.2.4.3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação

ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I - Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II - Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: _____;

15.1.2. Fonte de Recursos: _____;

15.1.3. Programa de Trabalho: _____;

15.1.4. Elemento de Despesa: _____;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____ (nome completo), CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

—

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

—

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE).

ANEXO V – MODELO DO TERMO DE ATESTADO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20251514

PROCESSO Nº 24001.050934/2025-15

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que visitei os locais e as condições onde serão executados os serviços de _____, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____(unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

NOME (RESPONSÁVEL DA UNIDADE CONTRATANTE)

(assinatura e carimbo constando o nome)

ANEXO VI – MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20251514

PROCESSO Nº 24001.050934/2025-15

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que opto pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços de _____. DECLARO ainda que, tenho conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo, assumo inteiramente a responsabilidade ou consequências que, por ventura, decorram desta omissão.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

ANEXO VII – RELAÇÃO DE BASES PARA VISTORIA

MUNICÍPIOS (BASES DE APOIO)	ENDEREÇO
EUSÉBIO - BASE POLO (CENTRAL)	R. DA PAZ, 29 E 30, CENTRO – CEP: 61760-000 – EUSÉBIO – CE
AQUIRAZ	CE 040, KM 27 – AQUIRAZ – CE (AO LADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CAF)
BEBERIBE	AV. MARIA CALADO, 403, CENTRO – BEBERIBE – CE
CASCADEL	AV. JOSÉ ANTUNES DE QUEIROZ, 2767, CENTRO – CASCADEL – CE
CHOROZINHO	R. SANTA TEREZINHA, S/N, CENTRO – CHOROZINHO-CE
HORIZONTE	AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 3676, CENTRO – HORIZONTE – CE (NA SECRETARIA DE SAÚDE)
PACAJUS	R. JOAQUIM TENENTE NOGUEIRA LOPES, S/N, CEP: 62.870-000 - PACAJUS - CE (AO LADO DO CONSELHO TUTELAR)
PINDORETAMA	AV. CAPITÃO NOGUEIRA Nº 1401, CENTRO CEP: 62860-000
ITAITINGA	AV. CEL. VIRGÍLIO TÁVORA, 1680, ANTÔNIO MIGUEL - ITAITINGA – CE
CAUCAIA - BASE POLO	R. TOBIAS CORREIA, 230, ITAMBÉ 1 – CAUCAIA – CE
SÃO G. DO AMARANTE	BR 222, KM 63, S/N – DISTRITO: CROATÁ – SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE
UMIRIM	R. MAJOR ADELINO, 38 A, CENTRO - CEP 62660-000 - UMIRIM - CE
PARACURU	R. OSCAR PRATA LIMA, 652, CAMPO DE AVIAÇÃO - CEP: 62680-000 – PARACURU – CE
PENTECOSTE	R. JOEL SOARES DA SILVA, 405, ACAMPAMENTO – PENTECOSTE – CE
PARAIPABA	R. ANTÔNIO EUSÉBIO, 315, CENTRO – PARAIPABA – CE
ITAPIPOCA – BASE POLO	CE 354 – AV. MONSENHOR TABOSA, 3055, JULHO - CEP: 62505-650 – ITAPIPOCA – CE
AMONTADA	R. JOÃO JACINTO, Nº 798, CAMPO - AMONTADA-CE
MIRAÍMA	R. LUÍS MATIAS, S/N, CENTRO, CEP: 62530-000 – MIRAÍMA-CE
URUBURETAMA	RODOVIA CE – 243, S/N, ITAITINGA - URUBURETAMA-CE
ITAPAJÉ	AV. ANTÔNIO PEREIRA DE MELO, 300, CENTRO - ITAPAJÉ-CE
TRAIRI	R. JOSÉ SILVA NOVO, CASA 07, CENTRO – TRAIRI – CE (PONTO DE REFERÊNCIA FÓRUM)
MARACANAÚ – BASE POLO	AV. CONTORNO SUL, 101, CONJ. INDUSTRIAL – MARACANAÚ -CE

MUNICÍPIOS (BASES DE APOIO)	ENDEREÇO
ARACOIABA	R. LUIZ RIBEIRO DE SOUSA, S/N, PLANALTO – ARACOIABA – CE
BATURITÉ	CE 356 - AV. VITORIANO SOARES BARBOSA, S/N, SANHARÃO – BATURITÉ-CE
CAPISTRANO	AV. FRANCISCO NUNES CAVALCANTE, 325 – BAIRRO: CENTRO – CAPISTRANO – CE
MARANGUAPE	R. MANOEL ABREU COSTA, 217, OUTRA BANDA – MARANGUAPE – CE
PACATUBA	AV. XXV, S/N, JEREISSATI II – PACATUBA – CE (AO LADO DO POSTO DE SAÚDE)
REDENÇÃO	R. TEREZA CRISTINE, S/N, CENTRO – DISTRITO ANTÔNIO DIOGO – REDENÇÃO – CE
GUAIUBA	R. MARIA DO CARMO, 245, HÉLDER BEZERRA – GUAIUBA – CE
OCARA	RUA PRINCIPAL, ROD. CE 359, KM 11, Nº43, SERRAGEM – OCARA – CE
CANINDÉ – BASE POLO	AV. LUCIANO MAGALHÃES Nº 1826, BAIRRO: SANTA LUZIA – CEP: 62700-000 - CANINDÉ – CE
ARATUBA	RODOVIA JÚLIO COACY PEREIRA, S/N, ARATUBA-CE, CEP: 62762-000 – ARATUBA – CE
ITATIRA	AV: NOSSA SENHORA DO CARMO S/N, DISTRITO: LAGOA DO MATO 62720-000 – ITATIRA – CE
CARIDADE	BR 020, S/N, CENTRO, (ENTRADA DO DISTRITO DE SÃO DOMINGOS) - AUTO PEÇAS JA 62730-000 – CARIDADE-CE
TAUÁ - BASE POLO	R. LAURINDO GOMES DO Ó, 11 BAIRRO: BEZERRA E SOUZA – CEP: 63660-000 - TAUÁ – CE
AIUABA	R: ARMANDO ARRAES FEITOSA Nº 10, BAIRRO: CENTRO – CEP: 63.575-000 – AIUABA – CE
BOA VIAGEM	R. SDO PX A CE 168 - PV JATOBÁ – CEP: 63.870-000 – BOA VIAGEM – CE
PEDRA BRANCA	AV. SABINO VIEIRA CAVALCANTE, 208 – BAIRRO: SANTA ÚRSULA - CEP: 63630-000 – PEDRA BRANCA – CE
QUIXERAMOBIM – BASE POLO	RUA TABELIÃO MIGUEL CÂMARA Nº 134, BAIRRO: CENTRO – CEP: 63.800-000 - QUIXERAMOBIM – CE
SOLONÓPOLE	R. PROF. MANOEL RODRIGUES PINHEIRO, 1059 – B: DOMINGOS SÁVIO – CEP: 63620-000 – SOLONÓPOLE - CE
SENADOR POMPEU	R. MARIA IZA MAGALHÃES PINTO, Nº 52 – BAIRRO: CARACARA – CEP: 63600-000 – SENADOR POMPEU – CE
IBICUITINGA	RUA FRANCISCO AURELIANO NOBRE BARREIRA, Nº 1760, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62955-000 – IBICUITINGA-CE
BANABUIÚ	

MUNICÍPIOS (BASES DE APOIO)	ENDEREÇO
	000 – BANABUIÚ – CE
QUIXADÁ	RUA SOLENO RODRIGUES CAVALCANTE, Nº 548 – BAIRRO: PLANALTO UNIVERSITÁRIO – CEP: 63902-045
RUSSAS – BASE POLO	AV. IRMÃ MARIA DA GRAÇA, 3445 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 62900-000 – RUSSAS – CE
JAGUARUANA	R. ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA, 485 – BAIRRO: JUAZEIRO CEP: 62823-000 – JAGUARUANA – CE
MORADA NOVA	R. SOUZA GIRÃO, 455 – BAIRRO: GURILÂNDIA – PRÓXIMO AO POSTO DE SAÚDE. - MORADA NOVA – CE
JAGUARETAMA	RUA FRANCISCO ANTÔNIO PINHEIRO, Nº 08 63480-000 – JAGUARETAMA – CE
ARACATI	RUA DRAGÃO DO MAR, 819 - CENTRO - HOSPITAL MUNICIPAL EDUARDO DIAS - ARACATI – CE
ICAPUÍ	AV. 22 DE JANEIRO, S/N, MORRO ALTO - ICAPUÍ-CE
LIMOEIRO DO NORTE – BASE POLO	RUA VALDEREZ GURGEL, 98 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 62930-000 – LIMOEIRO DO NORTE – CE
ALTO SANTO	R. JOÃO QUINCO, 272 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 62970-000 – ALTO SANTO – CE
JAGUARIBE	R. LUIS PEREIRA DE FREITAS Nº 75 – BAIRRO: ALDEOTA – JAGUARIBE – CE
TABULEIRO DO NORTE	R. CEL. PIO GADELHA, 4441 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 62960-000 – TABULEIRO DO NORTE – CE
JAGUARIBARA	AV: SEBASTIÃO DANTAS Nº 133, BAIRRO: CENTRO, CEP: 63490-000 – JAGUARIBARA - CE
PEREIRO	AV. JOSÉ MILTON DE MORAIS, 09, BAIRRO: VILA NOVA, CEP: 63460-000 – PEREIRO-CE 63460-000
SOBRAL - BASE POLO	AV: DR. GUARANY Nº 340, BAIRRO: CIDÃO – CEP 62042-030 - SOBRAL – CE
SANTA QUITÉRIA	AV. CORONEL MANOEL ALVES, S/N – BAIRRO: CENTRO, CEP: 62280-000 – SANTA QUITÉRIA - CE
MASSAPÊ	R. VICENTE DE LIRA CAVALCANTE Nº62, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62.140-000 - MASSAPÊ-CE
CARIRÉ	R. BELARMINA RODRIGUES, 223, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62184-000 – CARIRÉ-CE
FORQUILHA	R. CEL.FCO GOMES COELHO S/N, BAIRRO - CENTRO – CEP: 62115-000 - FORQUILHA-CE
IRAUÇUBA	R. LUIS ANTÔNIO ARAÚJO DE LIMA, S/N, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62.620-000 - IRAUÇUBA-CE

MUNICÍPIOS (BASES DE APOIO)	ENDEREÇO
CRATEÚS – BASE POLO	BR 226 KM 03 456 BAIRRO: JOSÉ ROSA CEP: 63.707-800 – CRATEÚS - CE
TAMBORIL	R. PARQUE GENERAL SAMPAIO, Nº S/N, BAIRRO: CENTRO, CEP: 63750-000 – TAMBORIL-CE
IPUEIRAS	R. JOSÉ ALEXANDRE, S/N, BAIRRO: ESTAÇÃO, CEP: 62230-000 - IPUEIRAS-CE
INDEPENDÊNCIA	R. PRESIDENTE VARGAS, S/N. BAIRRO: LIBERDADE, CEP: 63640-000 - INDEPENDÊNCIA-CE
NOVO ORIENTE	AV. DR. JOSÉ MARIA FERNANDES LEITÃO, S/N, BAIRRO: CENTRO – CEP: 63.740-000 - NOVO ORIENTE-CE
CAMOCIM – BASE POLO	R. CARLOS TRÉVIA, S/N, BAIRRO: NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – CEP: 62400-000 – CAMOCIM – CE
GRANJA	R. JOÃO PESSOA, S/N, BAIRRO: EXPOSIÇÃO – CEP: 62430-000 – GRANJA – CE
COREAÚ	R. TANCREDO NEVES, S/N, BAIRRO: COHAB, CEP: 62160-000 – COREAÚ-CE
JIJOCA DE JERICOACOARA	R. PALMAS, Nº 2363, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62598000 -JIJOCA DE JERICOACOARA-CE
BARROQUINHA	R. XV DE AGOSTO, S/N, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62410-000 - BARROQUINHA-CE
IPÚ – BASE POLO	R. RAIMUNDO PINTO, S/N, BAIRRO: REINO DE FRANÇA - CEP: 62250-000 – IPÚ-CE (NO HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ EVANGELISTA DE OLIVEIRA)
RERIUTABA	R. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, Nº 76, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62260-000 - RERIUTABA-CE (AO LADO DO HOSPITAL)
GUARACIABA DO NORTE	R. PREFEITO METON SILVANO, Nº 233, BAIRRO: CENTRO, GUARACIABA DO NORTE-CE
CROATÁ	R. JOÃO OTAVIANO S/N, BAIRRO: CAROBA, CEP:62.390-000 – CROATÁ-CE
HIDROLÂNDIA	R. ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS, Nº 551, BAIRRO: CAIXA D'ÁGUA, CEP: 62270-000 – HIDROLÂNDIA-CE
ACARAÚ – BASE POLO	R. DESEMBARGADOR ARMANDO DE SOUSA LOUSADA, S/N, B: MONSENHOR SABINO, CEP: 62580-000 - ACARAÚ-CE
ITAREMA	R. MUNDICO RIBEIRO, S/N, BAIRRO: CENTRO, ITAREMA-CE
BELA CRUZ	R. CAPITÃO MIGUEL LOPES, S/N, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62570-000 - BELA CRUZ-CE
MORRINHOS	R. JOAQUIM CORIOLANO, S/N, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62.550-000 – MORRINHOS-CE
SANTANA DO ACARAÚ	ESTRADA CE, Nº 185, BAIRRO: VENEZA, (ANEXO AO HOSPITAL MUNICIPAL) –CEP: 62150-000 - SANTANA DO ACARAÚ-CE

MUNICÍPIOS (BASES DE APOIO)	ENDEREÇO
MARCO	BR 403 / CE 178 KM 51 TRIÂNGULO DE MARCO – CEP: 62.560-000 – MARCO - CE
TIANGUÁ – BASE POLO	AV. LAIR FÉLIX NUNES, 98, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62.320-045 - TIANGUÁ-CE
SÃO BENEDITO	AV. TABAJARA, S/N – BAIRRO: MONSENHOR OTACÍLIO – CEP: 62370-000 – SÃO BENEDITO – CE
GRAÇA	AV. RAIMUNDO DA CUNHA BRITO, S/N, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62365-000 - GRAÇA-CE
UBAJARA	R. ESMERINO MAGALHÃES, S/N, BAIRRO: CENTRO, CEP: 62.350-000 - UBAJARA-CE
VIÇOSA DO CEARÁ	AV. JOSÉ FIGUEIRA, S/N – BAIRRO: CENTRO, VIÇOSA DO CEARÁ - CE, 62300-000 (BASE PROVISÓRIA NO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ)*
ICÓ – BASE POLO	R: SÃO JOSÉ Nº 1245, BAIRRO: CENTRO, CEP:63430-000 – ICÓ – CE
LAVRAS DA MANGABEIRA	R: JOÃO LUDGERO SOBREIRA S/N, BAIRRO: VILA BANCÁRIA, CEP: 63300-000 – LAVRAS DA MANGABEIRA-CE
CEDRO	R. JOEL PASSOS, 826, BAIRRO: CALDEIRÃO – CEP:64400-000 - CEDRO - CE
ORÓS	R. EXPEDITO PAULINO DA SILVA, 09 – LOTEAMENTO POR DO SOL – CEP: 63520-000 – ORÓS-CE
VÁRZEA ALEGRE	R. JOSÉ ALVES FEITOSA, 409 – BAIRRO: CENTRO, CEP: 63.540-000 – VÁRZEA ALEGRE – CE
IGUATU – BASE POLO	RUA ANTÔNIO MENDONÇA, 550, BAIRRO TABULEIRO - IGUATU-CE
ACOPIARA	AV. FRANCISCO CHAGAS PIANCÓ, 188 – BAIRRO: VILA AROEIRA – CEP: 63.560-000 - ACOPIARA – CE
JUCÁS	R. JOSÉ FACUNDO FILHO, S/N – BAIRRO: PLANALTO – ANEXO AO HOSPITAL MUNICIPAL - CEP: 63580-000 - JUCÁS - CE
MOMBAÇA	AV. BEIRA RIO, 116 – BAIRRO: BEIRA RIO – CEP: 63610-000 – MOMBAÇA – CE
SABOEIRO	R. MARIA DOLORES LEAL, 195 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 63590-000 – SABOEIRO – CE
QUIXELÔ	R: SÃO FRANCISCO S/N, BAIRRO: CENTRO - EM FRENTE AO FÓRUM, CEP: 63515-000 – QUIXELÔ – CE
CATARINA	RUA ANTÔNIO LEITÃO, S/N, BAIRRO: CENTRO, 63595-000 - CATARINA-CE.
BREJO SANTO – BASE POLO	RUA MANOEL AVELINO JANUÁRIO S/N BAIRRO: MORRO DOURADO– BREJO SANTO – CE

MUNICÍPIOS (BASES DE APOIO)	ENDEREÇO
JATI	R. OLÍVIO ALVES ROCHA,29 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 63275-000 – JATI – CE
PENA FORTE	AV. PADRE CÍCERO, 44 – BAIRRO: CENTRO - CEP: 63280-000 – PENA FORTE – CE
MAURITI	AV. SINVAL LACERDA, S/N, CENTRO - MAURITI-CE
MILAGRES	AV. PEDRO LEONEL, Nº 34 - FREI DAMIÃO - CEP 63250-000 - MILAGRES – CE
AURORA	RUA: MARIA CORAÇÃO BEZERRA, S/N - VILA PAULO GONÇALVES, CEP: 63360-000 – AURORA – CE
CRATO – BASE POLO	R. ANTÔNIO ALVES PEREIRA, S/N – BAIRRO: ALTO DA PENHA – CEP:63.104-040– CRATO – CE
ASSARÉ	R. PREFEITO LEOVIGILDO CLARAVAL CANHOTO, 95 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 63140-000 – ASSARÉ – CE
CAMPOS SALES	RUA CEL. ENÉIAS ARRAIS, 202 – BAIRRO: CENTRO – CAMPO SALES – CE
SALITRE	AV. JOSÉ DIONÍSIO FILHO, 548 – BAIRRO: CENTRO, CEP: 63155-000 – SALITRE – CE
FARIAS BRITO	R. ANT. FERNANDES DE LIMA, 581 – BAIRRO: BOA VISTA, CEP: 63185-000 – FARIAS BRITO – CE
ARARIPE	AV: VICENTE ALENCAR BARBOSA, Nº 530 – BAIRRO: SIPAÚBA II, CEP: 63170-000 – ARARIPE – CE
SANTANA DO CARIRI	R. CÍCERO ALVES DE SOUZA, S/N, BAIRRO: CENTRO, (AO LADO DA RÁDIO VALE DO BURITI) CEP: 63190-000 – SANTANA DO CARIRI-CE
JUAZEIRO DO NORTE – BASE POLO	R. VICENTE PATU, 60 – BAIRRO: CENTRO – CEP: 63010-155 – JUAZEIRO DO NORTE – CE
JARDIM	CE 060, SÍTIO AREIAS S/N, CEP: 63290-000 – JARDIM – CE
BARBALHA	AV. SALUSTIANO CANUTO DE SOUSA, 79 CASA G – BAIRRO: CENTRO - CEP: 63180-000 – BARBALHA – CE
MISSÃO VELHA	R. ISAIAS ARRUDA Nº 715, BAIRRO: BOA VISTA, CEP:63200-000 – MISSÃO VELHA-CE
CARIRIAÇU	AV. CACHIMBÃO Nº 826, BAIRRO: PERNAMBUQUINHO, CEP: 63220-000 – CARIRIAÇU-CE

ANEXO VIII – RELAÇÃO DE AMBULÂNCIAS POR ITEM

RELAÇÃO DE VEÍCULOS CONTIDOS NO ITEM - 01					
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO
OSQ-2928	8AFAR21J2DJ087812	998011924	I/ RANGER XL CS4 22	FORD 4X4	2012/2013
OZA-1672	8AFAR21JXDJ095138	00996317759	I/FORD RANGER XL CS4 22	FORD 4X4	2012/2013

RELAÇÃO DE VEÍCULOS CONTIDOS NO ITEM - 02					
PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO
POZ-2770	8AC906633JE136759	1136362620	I/M . BENZ 415 MARIMAR A	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNR-7104	8AC906633JE148084	1153756584	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNF-6705	8AC906633JE149806	1156173512	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNH-1875	8AC906633JE149269	1156089481	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNR-1164	8AC906633JE148110	1154771870	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNS-5715	8AC906633JE142970	1156396171	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNS-5785	8AC906633JE149867	1156395957	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNS-5955	8AC906633JE149875	1156395426	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNX-5284	8AC906633JE148021	1154528976	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNS-5595	8AC906633JE148022	1156396481	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PND-9565	8AC906633JE149868	1156226918	I/MB 1.5 SPRINT RONTAN	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNO-5195	8AC906633JE149369	1155999999	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNS-4175	8AC906633JE142718	1156978588	I/M . BENZ 415 EUROLAF AMB	MERCEDES – BENZ	2017/2018
PNR-7323	8AC906633KE163766	1194139989	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES – BENZ	2018/2019
PNR-7823	8AC906633KE164197	1194138001	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES – BENZ	2018/2019
PNR-7653	8AC906633KE164262	1194138265	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES – BENZ	2018/2019



SAMU
192



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

RELAÇÃO DE VEÍCULOS CONTIDOS NO ITEM - 03

PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO
POT-9176	93ZK35B01K8483876	1198325680	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-2376	93ZK35B01K8483449	1198325027	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-6186	93ZK35B01K8483919	1198324365	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-2246	93ZK35B01K8483809	1198325035	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-3096	93ZK35B01K8483414	1198324918	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-5126	93ZK35B01K8483335	1198324543	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-3686	93ZK35B01K8483291	1198324764	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POT-7936	93ZK35B01K8483846	1198325884	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-5636	93ZK35B01K8483918	1198324454	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-0276	93ZK35B01K8483858	1198325582	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-4136	93ZK35B01K8483454	1198324659	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-3276	93ZK35B01K8483321	1198324888	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-7166	93ZK35B01K8483924	1198324268	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-6736	93ZK35B01K8483346	1198324306	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POT-9016	93ZK35B01K8483880	1198325710	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-3386	93ZK35B01K8483477	1198324845	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-5246	93ZK35B01K8483907	1198324535	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-0596	93ZK35B01K8483923	1198325469	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-5396	93ZK35B01K8483312	1198324489	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-1796	93ZK35B01K8483509	1198325078	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-3826	93ZK35B01K8483884	1198324683	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-1036	93ZK35B01K8483496	1198325159	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-5736	93ZK35B01K8483417	1198324438	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-3156	93ZK35B01K8483407	1198324896	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-6626	93ZK35B01K8483363	1198324314	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-6946	93ZK35B01K8483468	1198324284	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-5536	93ZK35B01K8483811	1198324462	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-2446	93ZK35B01K8483327	1198324993	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-5916	93ZK35B01K8483569	1198324420	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-2936	93ZK35B01K8483536	1198324942	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-1636	93ZK35B01K8483588	1198325086	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-4796	93ZK35B01K8483434	1198324586	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-6346	93ZK35B01K8483294	1198324349	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POT-9956	93ZK35B01K8483874	1198325612	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-1386	93ZK35B01K8483605	1198325124	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-4286	93ZK35B01K8483451	1198324632	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POT-8056	93ZK35B01K8483844	1198325825	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POT-7756	93ZK35B01K8483800	1198325922	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POU-0486	93ZK35B01K8483903	1198325531	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POT-8576	93ZK35B01K8483891	1198325728	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2018/2019
POL1J83	93ZK35B01K8489184	1227580646	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL0J93	93ZK35B01K8489138	1227579869	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POK9I43	93ZK35B01K8488971	1227224432	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL2E33	93ZK35B01K8489196	1227580980	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL2C93	93ZK35B01K8489192	1227580859	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL1L83	93ZK35B01K8489164	1227580522	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL2B43	93ZK35B01K8489190	1227580735	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POM3F73	93ZK35B01K8489134	1227581073	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL0I53	93ZK35B01K8489123	1227579761	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL1H53	93ZK35B01K8489162	1227580441	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POZ4J23	93ZK35B01K8489147	1227646531	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL1B83	93ZK35B01K8489140	1227579958	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL1G23	93ZK35B01K8489154	1227580239	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL0G53	93ZK35B01K8489118	1227579630	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL0C33	93ZK35B01K8489097	1227579281	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL0D73	93ZK35B01K8489100	1227579400	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019
POL0E93	93ZK35B01K8489112	1227579508	DAILY 35S14 REV AMB	IVECO	2019/2019

RELAÇÃO DE VEÍCULOS CONTIDOS NO ITEM - 04

PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO
PNR2H13	8AC906633KE175467	1222294750	I/MB 415 SPRINTER REV	MERCEDES – BENZ	2019/2019



SAMU
192



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

SGO1C66	8AC907643NE212693	1319587159	I/M . BENZ SPRINTER	MERCEDES – BENZ	2021
SGO1C63	8AC907643NE2107827	1319588112	I/M . BENZ SPRINTER	MERCEDES – BENZ	2021
SGO1C65	8AC907643NE211701	1319587051	I/M . BENZ SPRINTER	MERCEDES – BENZ	2021
SAT3C57	8AC907643NE222449	1334084219	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SAN5G87	8AC907643NE223700	1334753340	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SHK8D87	8AC907643NE220239		I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBO6I37	8AC907643NE220467	1339573714	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SHE5J34	8AC907643NE223591	1339533879	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SHE5J20	8AC907643NE223303	1339533305	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBO7B37	8AC907643NE224074	1339574869	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
FHS9B45	8AC907643NE222277	01334059664	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SHE5J52	8AC907643NE223305	1339534271	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBO6B57	8AC907643NE220433	1339572467	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBV9G27	8AC907643NE221793	1339829140	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBV9I77	8AC907643NE222182	1339805607	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
RIE7D37	8AC907643NE222177	1339834542	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBV9B77	8AC907643NE222098	1339802080	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
RIC7F57	8AC907643NE221898	1339833279	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
RIE1C27	8AC907643NE222099	1339833929	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBT5A18	8AC907643NE222097	1349052156	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBT5D18	8AC907643NE222106	1349052814	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBT6A48	8AC907643NE222280	1349053560	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBT4E98	8AC907643NE222020	1346145048	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBT0E28	8AC907643NE221897	1349029871	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBP0D89	8AC907643NE223482	1363309550	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBO9I79	8AC907643NE222887	1354828078	I/M . BENZ SPRINTER 416	MERCEDES – BENZ	2022
SBP2C09	8AC907643PE229853	1361359916	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022
SBO3A59	8AC907643PE229031	1361356020	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022
SBJ3B09	8AC907643PE228483	1361325396	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022
SBU5H29	8AC907643PE229740	1361405497	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022
SBK8I09	8AC907643PE230001	1361335030	I/M . BENZ 263SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022
SBU4I39	8AC907643PE229856	1361404709	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022
SBK4C99	8AC907643PE228600	1361332805	I/M . BENZ SPRINTER GREEAM	MERCEDES – BENZ	2022
SBL2A79	8AC907643PE229112	1361337777	I/M . BENZ SPRINTER	MERCEDES –	2022



SAMU
192



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

			GREEM	BENZ	
SBR5B29	8AC907643PE230040	1361378406	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBI6I29	8AC907643PE229946	1361320599	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBQ9I39	8AC907643PE229931	1361371150	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBP5F09	8AC907643PE229034	1361361449	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBQ1H29	8AC907643PE229036	1361366149	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBQ8C09	8AC907643PE229945	1361367811	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBJ9G39	8AC907643PE230005	1361329561	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBJ5I39	8AC907643PE228946	1361327470	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
RIH7J69	8AC907643PE229742	1361421352	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBR3F09	8AC907643PE230045	1361376179	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBM0B19	8AC907643PE229852	1361341154	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV8B19	8AC907643PE229037	1361417860	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBN0J19	8AC907643PE229662	1361346474	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
RIF6J69	8AC907643PE229540	1361420160	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBR1J39	8AC907643PE229941	1361373846	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV6D19	8AC907643PE230002	1361415492	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV6J09	8AC907643PE229664	1361416901	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBM7G49	8AC907643PE229456	1361343394	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBQ0C59	8AC907643PE229848	1361362925	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV5D69	8AC907643PE229933	1361414674	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV9D09	8AC907643PE230044	1361418734	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBU7F29	8AC907643PE228762	1361406787	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV1F89	8AC907643PE229028	1361410369	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV9J79	8AC907643PE229854	1361419447	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
SBV3C59	8AC907643PE228601	1361411373	I/M . BENZ SPRINTER GREEM	MERCEDES – BENZ	2022
THW1J95	8AC907643RE239458	1449435928	I/M. BENZ SPRINTER 417 CDI	MERCEDES – BENZ	2025
THX7I68	8AC907643RE239370	1450524491	I/M. BENZ SPRINTER 417 CDI	MERCEDES – BENZ	2025

RELAÇÃO DE VEÍCULOS CONTIDOS NO ITEM - 05

PLACA	CHASSI	RENAVAM	MODELO	MARCA	ANO
TIG0H91	93YF62002SJ930337	1430984179	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG2C61	93YF62006SJ930440	1430986732	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG3G81	93YF62000SJ084533	1430988760	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG4B71	93YF62000SJ084595	1430989847	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW9F71	93YF62000SJ084600	1431947862	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG5E91	93YF62000SJ084614	1430991450	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG6D31	93YF62000SJ084628	1430992589	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025



SAMU
192



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

THX1F71	93YF62000SJ084631	1431949180	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG7G51	93YF62000SJ084645	1430994565	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG9E21	93YF62000SJ926416	1430997017	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW8D51	93YF62000SJ930109	1431946238	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH0J71	93YF62000SJ930336	1430998196	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH3G61	93YF62000SJ930353	1431000776	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH4D31	93YF62000SJ930434	1431001586	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH5D61	93YF62000SJ930482	1431003333	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH6H91	93YF62007SJ907717	1431004763	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ3F71	93YF62009SJ123779	1431007177	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ4H01	93YF62008SJ123787	1431008840	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ5C41	93YF62006SJ084536	1431009625	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ5F71	93YF62006SJ084519	1431011131	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ6B71	93YF62002SJ084503	1431012057	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ6H41	93YF62000SJ084466	1431013185	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ8I61	93YF6200XSJ123810	1431014270	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ1F61	93YF6200XSJ084510	1431015242	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIJ2B01	93YF6200XSJ084488	1431016001	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIL9C88	93YF62008SJ084733	1450529884	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV1J65	93YF62006SJ925951	1446958261	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THZ9B35	93YF62001SJ925937	1447037925	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THR9F18	93YF62007SJ930592	1450544905	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIL5B35	93YF62000SJ084676	1447159443	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THZ0A58	93YF62006SJ931698	1450534772	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW4C57	93YF62006SJ084701	1451330984	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THZ8D05	93YF62000SJ123699	1447036830	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV7J48	93YF62009SJ084482	1450514941	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THP0F75	93YF62000SJ084581	1446883121	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIC1I78	93YF62001SJ084637	1450517789	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THN4I88	93YF62005SJ084706	1450532311	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH7J95	93YF6200XSJ084703	1447390560	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIM6F38	93YF62006SJ084682	1450527474	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW5A07	93YF62001SJ084721	1451333487	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIG5C68	93YF62006SJ084732	1450519323	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW3C48	93YF62002SJ084713	1450515166	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THP7C05	93YF62006SJ084715	1449425213	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIM6I35	93YF62000SJ123685	1447169120	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV4D65	93YF62000SJ123721	1449434409	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THO4B75	93YF62001SJ123730	1446881650	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THX0F37	93YF62001SJ123727	1451340912	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THX1A87	93YF62000SJ123735	1451342990	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW8C77	93YF62001SJ123663	1451335978	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIM6A95	93YF62002SJ123655	1447167993	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIM7D58	93YF62006SJ123643	1450521310	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV3I85	93YF62005SJ925956	1446960746	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIM4F65	93YF62003SJ925955	1447166830	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH8A68	93YF62006SJ925948	1450512760	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THZ7B45	93YF62005SJ123679	1447035930	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIL1D25	93YF62008SJ925983	1447157866	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH6J35	93YF62009SJ925989	1447388442	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THT1E78	93YF62009SJ925930	1450512264	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH8E75	93YF62004SJ123639	1447391508	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THS4A98	93YF62009SJ123684	1450540705	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THO6A15	93YF62005SJ925987	1446882613	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH9D25	93YF62000SJ084659	1447393136	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THR0G65	93YF62007SJ925991	1449427950	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
SAT5G68	93YF62002SJ123722	1450546967	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
TIH9F18	93YF62002SJ123705	1450542880	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW1H95	93YF62009SJ144860	1448489617	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV9D75	93YF6200XSJ144866	1448487320	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW4C35	93YF62000SJ123752	1448491174	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW3E95	93YF62000SJ144861	1448490933	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

THV8F25	93YF62008SJ144865	1448486030	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV1J85	93YF62005SJ144869	1448482558	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV5I25	93YF62004SJ144894	1448484526	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV4C05	93YF62003SJ144837	1448483570	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW0F25	93YF62002SJ144831	1448487533	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THV6J05	93YF6200XSJ144835	1448485026	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025
THW1D95	93YF62004SJ144863	1448488840	MASTER / AMB 1 223 M6	RENAULT	2025

[illegible]

[illegible][illegible]

[illegible][illegible]



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

[illegible]